CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Portaria CGMP nº 83/2006

Altera os procedimentos atinentes aos registros de dados na Ficha de Assentamentos Funcionais dos Membros do Ministério Público - FAF.

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de atualizar os procedimentos atinentes aos registros dos assentamentos funcionais dos Membros da Instituição,

R E S O L V E:

Art. 1º - A Ficha de Assentamentos Funcionais (FAF) constitui um banco de dados onde são anotados, por determinação do Corregedor-Geral, todos os elementos necessários à avaliação da conduta funcional e do merecimento dos membros do Ministério Público, conforme estabelecido na legislação vigente.

Parágrafo único. A Ficha de Assentamentos Funcionais faz parte integrante do sistema informatizado de dados restritos da Corregedoria-Geral, ao qual somente terão acesso o Corregedor-Geral, os Subcorregedores, os Promotores Assessores e os servidores autorizados pelo Corregedor-Geral, mediante o uso de senha privativa.

Art. 2º - Serão anotados nas Fichas de Assentamentos Funcionais dos Membros do Ministério Público:

- I. elogios (art. 66, I e III, LC 106/03);

- II. sanções administrativas (art. 66, II e 127/128, LC 106/2003);
- III. cargos comissionados (art. 66, IV, LC 106/03);
- IV. serviços relevantes (art. 66, IV, LC 106/03);
- V. cursos especializados oficiais ou reconhecidos (art. 66, V, LC 106/03);
- VI. publicação de livros, teses, estudos, artigos (art. 66, VI, LC 106/03);
- VII. obtenção de prêmios (art. 66, VI, LC 106/03).
- VIII. cursos, simpósios, palestras ou reuniões de aprimoramento funcional promovidos pelos órgãos auxiliares ou de administração do Ministério Público (art. 66, VIII, LC 106/03);
- IX. inspeções e correições (art. 24, I e II da LC 106/03), bem como o registro relativo à sua regularidade ou eventual pendência;
- X. conceitos obtidos durante o período de estágio confirmatório.

Art. 3º - As informações para anotação na Ficha de Assentamentos Funcionais serão extraídas de:

- I. processos disciplinares;
- II. relatórios de inspeções e correições;
- III. referências de órgãos do Ministério Público ou de outra autoridade;
- IV. documentos e trabalhos remetidos à Corregedoria Geral;
- V. sistema de estatística da Corregedoria-Geral;
- VI. relatórios de atividades instituídos por Ato da Corregedoria-Geral;
- VII. comunicação do próprio membro do Ministério Público;

Art. 4º - As informações de que tratam os incisos IV a VIII do art. 2º poderão ser encaminhadas pelo interessado, por escrito, à Corregedoria-Geral do Ministério Público, acompanhadas de cópias dos documentos comprobatórios.

Art. 5º - As anotações referidas no art. 2º somente serão registradas nas Fichas de Assentamentos Funcionais dos membros do Ministério Público após apreciação do Corregedor-Geral, à exceção dos elogios diretamente emanados por ato próprio do Procurador-Geral de Justiça, ou de qualquer outro órgão da Administração Superior do Ministério Público (art. 4º da LC 106/03), constando-se nos casos de órgãos colegiados os nomes dos Procuradores de Justiça que votaram a favor do elogio.

Art. 6º - As sanções administrativas aplicadas ao membro do Ministério Público somente serão registradas em sua Ficha de Assentamentos Funcionais após o trânsito em julgado da decisão.

Art. 7º - As anotações constantes das Fichas de Assentamentos Funcionais serão canceladas, por despacho do Corregedor-Geral, no caso de processos de revisão ou reabilitação julgados procedentes pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, nos termos dos artigos 160 e 161 da LC 106/03.

Art. 8º - O acesso aos dados da Ficha de Assentamentos Funcionais dos membros do Ministério Público será facultado aos interessados e aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público (art. 4º LC 106/03), resguardado o sigilo das informações, em conformidade ao disposto no art. 26, VI da Lei Orgânica Nacional do MP (Lei 8625/93) e no art. 35, IX da LC 106/03, bem como à Decisão Normativa 01/2003 da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Art. 9º - Paralelamente à Ficha de Assentamentos Funcionais (FAF), integrante do Sistema de Informações Restritas da Corregedoria-Geral, serão mantidas pastas individuais dos membros do Ministério Público, onde serão arquivados todos os documentos pertinentes à sua carreira, inclusive os dados relativos às Representações e Sindicâncias findas ou em trâmite, bem como aos Processos Administrativos Disciplinares em andamento ou com decisão, qualquer que seja a natureza desta, transitada em julgado ou em grau de recurso.

Art. 10º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria CGMP nº 63, de 02/04/2004.

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2006.

ANTONIO CARLOS DA GRAÇA DE MESQUITA
Procurador de Justiça
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO